

A verdade na era da pós-verdade: por um Programa Forte em Estudos do discurso¹

Truth after post-truth: for a Strong Programme in Discourse Studies¹

ANGERMULLER,
JOHANNES
angermue45@googlemail.
com

Warwick/EHESS

PALAVRAS-CHAVE:
política da verdade e pós-
verdade;
fake news;
discurso acadêmico e
político;
análise do discurso de
matriz francesa;
análise crítica do discurso.

KEY-WORDS:
politics of truth and post-
truth;
fake news;
academic and political dis-
courses;
French Discourse Analysis;
Critical Discourse Analysis.

RESUMO: Os discursos contemporâneos da pós-verdade colocam à prova os fundamentos construtivistas dos Estudos do Discurso. De acordo com observadores críticos, os analistas do discurso têm jogado do lado de Trump, Brexit e populistas de direita, de modo a politizar o conhecimento científico e minar a ideia da verdade científica. A fim de responder a essas preocupações, este artigo delinea um Programa Forte em Estudos do Discurso. Enquanto o Programa Forte insiste em verdades como construções discursivas, de modo algum afirma que todas as ideias têm o mesmo valor de verdade ou que uma ideia pode se tornar verdadeira porque alguém quer que ela seja verdadeira. O Programa Forte defende a pesquisa de discurso que é construtivista (questiona como as verdades são construídas de forma prática) sem ser relativista (nem todas as ideias têm a mesma qualidade normativa). Inspirando-se nos debates dos Estudos de Ciência e Tecnologia da década de 1970, o Programa Forte formula princípios para os pesquisadores do discurso que lidam com afirmações conflitantes da verdade. Explicações analítico-discursivas da verdade dos participantes de primeira ordem e dos observadores de segunda ordem devem ser simétricas, heterogêneas, multiperspectivistas e reflexivas. O programa Forte em pesquisa do discurso baseia-se nas tradições fundadoras “francesa” e “crítica” dos Estudos do Discurso que têm debatido sobre questões de verdade e realidade desde o início. Enquanto questiona criticamente a herança estruturalista dessas vertentes, o Programa Forte insiste nas práticas de fazer (e desfazer) ideias por meio do uso da linguagem, não importando se elas aparecem como verdadeiras ou falsas para os participantes e observadores. Os Estudos do Discurso são encorajados a refletir criticamente sobre como as hierarquias entre os saberes não são apenas representadas, mas, por meio de sua representação, também são constituídas através de práticas discursivas de atores e observadores.

ABSTRACT: Contemporary post-truth discourses put the constructivist foundations of Discourse Studies to a test. According to critical observers, discourse analysts have been playing into the hands of Trump, Brexit and right-wing populists by politicising scientific knowledge

and undermining the idea of scientific truth. In order to respond to these concerns, this article outlines a Strong Programme in Discourse Studies. While the Strong Programme insists on truths as discursive constructions, in no way does it claim that all ideas have the same truth value or that an idea can become true because somebody wants it to be true. The Strong Programme makes the case for discourse research that is constructivist (it asks how truths are constructed practically) without being relativist (all ideas do not have the same normative quality). Taking inspiration from debates in Science and Technology Studies of the 1970s, the Strong Programme formulates principles for discourse researchers dealing with conflicting truth claims. Discourse analytical explanations of truths of first-order participants and of second-order observers should be symmetrical, heterogeneous, multi-perspectival and reflexive. The Strong Programme discourse research is grounded in the founding traditions of “French” and “Critical” Discourse Studies, which have struggled over questions of truth and reality since the beginning. While critically interrogating the structuralist heritage of these strands, the Strong Programme insists on the practices of making and unmaking ideas through language use no matter whether they appear as true or false to participants and observers. Discourse Studies are encouraged to critically reflect on how hierarchies between knowledges are not only represented but, through their representation, also constituted through discursive practices.

INTRODUÇÃO: VERDADE NA ERA DA PÓS-VERDADE

Gerações de pesquisadores do discurso têm se envolvido em algumas reflexões críticas acerca da noção de verdade como uma arma de poder. Da proposição inicial cunhada em Nietzsche, como “um exército móvel de metáforas” (Nietzsche, 1997, p. 880), às investigações de Foucault em torno das concepções de verdade, subjetividade e discurso (Foucault, 2017), muitos têm se comprometido a desconstruir certos argumentos ‘ocidentais’ a favor de uma verdade universal e objetiva. Contudo, se a verdade nada mais é que um produto de lutas discursivas, não teríamos de aceitar todas as ideias como igualmente verdadeiras? E como defendem os estudiosos do discurso as afirmações sobre a verdade originadas nas suas próprias pesquisas em relação aos discursos que criticam?

De acordo com certos críticos, os teóricos do discurso foram longe demais no questionamento da realidade desde o advento da sociedade da mídia. Nesse caminho, alguns observadores inscritos no campo dos Estudos do Discurso, assim como os de fora, acusaram as teorias do discurso francesas de “pós-modernistas” (Eagleton, 1996; Habermas, 1993), e até mesmo de uma ameaça à democracia ocidental (Ferry & Renaut, 1988). Para tais críticos, o “pós-modernismo” apoia-se na ideia de que qualquer coisa vale no que toca a questões morais, que a verdade nada mais é que uma expressão de relações de poder e que uma ideia é verdadeira porque as pessoas querem que ela assim seja. Como resultado, os críticos culpam os pós-modernistas de desacreditarem a concepção da verdade científica.

Lembremos, pois, os ataques contundentes contra a teoria do discurso francesa e os Estudos de Ciência e Tecnologia durante o “escândalo Sokal”, que emergiu em 1996, quando um artigo sem sentido sobre a física quântica fora aceito para publicação numa importante revista de Estudos Culturais da América do Norte, a *Social Text*, conhecida por suas inclinações “pós-modernistas”. Alan Sokal, autor do artigo, culpou os teóricos do discurso por uma falta de percepção do rigor intelectual e advertiu contra a politização do conhecimento produzido pelas ciências naturais (Sokal & Bricmont, 1998).

1. Tradução para o português brasileiro: Marco Antonio Almeida Ruiz (EHESS/UFSCar) e Renata de Oliveira Carreon (UFSCar). Agradecemos também a colaboração de leituras dos colegas discursivistas Ligia Menossi, Fabiano Ormaneze, Érika de Moraes e Kamila Fernandes. Este artigo está baseado na sua versão inglesa intitulada « Truth after post-truth: for a Strong Programme in Discourse Studies ». Palgrave Communications, 4(30), 1-8. doi:10.1057/s41599-018-0080-1.

2. Nota dos tradutores: a sigla refere-se aos Estudos de Ciência e Tecnologia; para essa tradução, optamos por deixar a abreviação original do inglês, referindo-se ao “Science and Technology Studies” (STS).

Agora que líderes populistas, como Trump, rejeitam fatos cientificamente estabelecidos como, por exemplo, as mudanças climáticas, estudiosos dos STS² e do discurso, mais uma vez, precisam justificar as abordagens construtivistas do conhecimento científico. Como reagem eles a esses “amigos” improváveis na arena política que, como o campeão do Brexit, Michael Gove, afirma “estar farto de especialistas” (3 de junho de 2016 na Sky News) e que, como Kellyanne Conway (22 de janeiro de 2017 na NBC), justifica as alegações de Donald Trump sobre a sua tomada de posse como “fatos alternativos”? Como podem os estudiosos do discurso continuar a interrogar criticamente a verdade e a realidade se suas pesquisas podem servir como propagandistas da pós-verdade e de sua perspectiva ideológica?

Alguns comentaristas liberais da esfera midiática têm trazido aberrações populistas de volta à teoria do discurso francesa, por exemplo, o colunista do *Guardian* Matthew d’Ancona (d’Ancona, 2017, p. capítulo 4), Casey Williams, no *The New York Times* (2017), ou a ativista de mídia social Helen Pluckrose (2017). Todavia, por que teóricos como Foucault e Derrida, que trabalharam na França nos anos 1960 e 1970 e que nunca fizeram afirmações específicas sobre política contemporânea nos EUA e no Reino Unido, se responsabilizariam por problemas políticos da atualidade? Os ataques contra a teoria do discurso são ainda mais surpreendentes quando os jovens intelectuais urbanos que gostam de se referir à teoria do discurso não têm simpatia alguma pela perspectiva ideológica dos populistas de direita.

Entretanto, independentemente dos argumentos seriamente deficientes que alguns jornalistas produzem contra certos acadêmicos e intelectuais, acredito ser importante perguntarmos-nos se os populistas de direita, que tendem a rejeitar a ciência e a razão científica quando elas não se ligam à sua perspectiva ideológica, são encorajados por críticas construtivistas da verdade que se podem encontrar entre os pós-estruturalistas e pós-modernistas, isto é, nas perspectivas dos STS e das teorias do discurso. Enquanto o construtivismo tem sido objeto de um longo debate crítico (Hacking, 1999), deixar a questão da verdade para os filósofos e teóricos políticos seria um erro. Os estudiosos do discurso devem estar atentos às questões de

filósofos políticos como Arendt (2006), Habermas (1990) ou Rancière (1995). Podemos não compartilhar a sua predisposição para o pensamento abstrato, a-contextual e universalista. Mas deveríamos considerar que todas as alegações de verdade têm o mesmo valor e que as ideias não se tornam mais verdadeiras por serem aceites pela maioria.

Nesse sentido, os teóricos do discurso podem concordar com a ideia de que existem lutas discursivas sobre a verdade, mas que nem todas as alegações de verdade têm o mesmo valor normativo. Há afirmações sobre realidades que podem se tornar verdadeiras por meio da força de grandes grupos sociais (pensemos na dinâmica do discurso na mídia de massa) e das trocas entre especialistas selecionados (por exemplo, pequenas comunidades acadêmicas e profissionais). Algumas alegações de verdade são sobre realidades sociais, outras sobre realidades não sociais. E muitas vezes, há um conflito entre diferentes tipos que emergem por meio de jogos que mobilizam recursos diferentes e seguem regras distintas.

Enquanto o discurso é uma prática que mobiliza recursos linguísticos, bem como não linguísticos, as alegações de verdade são feitas no mundo material e a respeito dele. Os estudiosos do discurso têm se interessado em como os fenômenos sociais e culturais são transformados em “matéria” por meio de práticas discursivas (Butler, 1993). Ao mesmo tempo, esses mesmos estudiosos podem concordar com os do Novo Materialismo, isto é, de que não existem relações causais unidirecionais entre as práticas discursivas e a matéria não discursiva (Frost, 2011). Os seres humanos não detêm um monopólio de conhecimento e agência sobre um mundo material visto como uma superfície passiva que espera ser moldada por inscrições humanas (Barad, 2003). Assim, tais intelectuais não devem ter problemas em reconhecer as restrições sociais e não sociais nas representações que as pessoas fazem da realidade. Um lago não está congelado apenas porque as pessoas dizem que está e as pessoas sentem fome independentemente do que os outros dizem acerca do seu corpo. As comunidades discursivas podem, de fato, aceitar como verdadeira e real a ideia de que o lago está congelado e de que você está com fome.

Enquanto tais estudiosos do discurso deveriam aceitar que existe um mundo que está além do alcance discursivo (física, biologia etc. não são meramente construções sociais como os estudos dos STS têm nos lembrado, Vrieze, 2017), seria problemático entender o que acontece entre os usuários da linguagem em termos de leis físicas, biológicas ou outras não discursivas. Ao mesmo tempo, o mundo social é um espaço heterogêneo de elementos articulados, coisas, práticas, corpos os quais não devem ser reduzidos a um jogo de poder abrangente que tem a função de explicar tudo. Portanto, o que se pode extrair dos filósofos políticos e dos teóricos do Novo Materialismo é que as tais alegações ganham valores de verdade em lutas discursivas.

Para contrapor a política da pós-verdade, os estudiosos, portanto, não precisam retornar à Verdade, isto é, ao pressuposto de que algumas ideias são inerentemente melhores do que outras, que apenas especialistas treinados podem ter acesso a elas, que algumas ideias são verdades antes e fora do discurso, e assim por diante. Trata-se, pois, de os estudiosos do discurso poderem distinguir entre as implicações de verdade com a mais alta e a mais baixa qualidade normativa sem trair suas orientações construtivistas fundamentais. Desse modo, a seguir, delinearei um Programa Forte, um método que defende a pesquisa do discurso que é de base construtivista sem ser relativista. Tal Programa, enquanto uma perspectiva metodológica, formula princípios que permitem aos analistas do discurso lidar com as afirmações de verdade de participantes de primeira ordem (os actores) e observadores de segunda ordem (os estudiosos). Embora o Programa defenda explicações simétricas de conhecimentos dos acadêmicos e dos populistas, “verdadeiros” e “falsos”, ele reconhece que nem todos os conhecimentos são iguais. Alguns conhecimentos têm mais valor de verdade do que outros. Todavia, todas as verdades estão emaranhadas em dinâmicas sociais e lutas políticas como resultado de que nem tudo é aceito como conhecimento igualmente verdadeiro e valioso.

Iniciarei minha exposição com a reflexão acerca de duas das maiores tradições nos Estudos do Discurso: a escola francesa de análise do discurso e a Análise Crítica do Discurso (ACD). Ambas lutam com uma herança forte do estruturalismo a qual, às vezes, leva-as a adotar expli-

cações assimétricas (ou seja, “fracas”) de discursos verdadeiros e falsos. Em seguida, examinarei os debates em Estudos de Ciência e Tecnologia (STS) sobre a natureza social do conhecimento científico. Neste debate, algumas questões políticas e epistemológicas sobre a autoridade dos observadores foram levantadas de forma semelhante àquelas com as quais os estudiosos do discurso e das ciências sociais estão lutando na contemporaneidade. Concluirei minhas reflexões com a observação de que uma epistemologia “forte” (baseada no construtivismo) não implica uma política “fraca”, isto é, a ciência fingindo ser neutra ou incapaz de assumir posições políticas. Sempre que os usuários da linguagem se inscrevem no discurso, eles participam de disputas pela verdade que não podem ser senão políticas.

ESTUDOS CLÁSSICOS DO DISCURSO: DA CRISE DA VERDADE ÀS MUITAS VERDADES

Os Estudos do Discurso são um campo recente, que resultou do encontro de duas linhas de debate: a teoria do discurso e a análise do discurso. A teoria do discurso lida com questões da teoria social, política e cultural em torno do papel da linguagem e da comunicação na sociedade contemporânea (Butler, 1997; Foucault, 1969; Laclau & Mouffe, 1985). Também rotulada como “virada linguística” na filosofia pós-guerra (de Heidegger a Foucault e Habermas) ou Teoria Francesa no campo cultural e literário, a teoria do discurso concentra-se em questões epistemológicas como os limites do sujeito falante (Derrida, 1967), os dilemas da representação na pós-modernidade (Jameson, 1991) ou a negociação discursiva das reivindicações normativas (Habermas, 1981). Desse modo, enquanto a teoria do discurso mostra uma propensão para problemas filosóficos e epistemológicos, a análise do discurso enfatiza os métodos analíticos que os pesquisadores utilizam para investigar as práticas sociais com vistas a produzir percepções sobre os objetos empíricos (Angermuller, Maingueneau, & Wodak, 2014). Se a teoria do discurso aponta para os desafios intelectuais nos Estudos do Discurso, a análise do discurso nos lembra do papel crucial dos modelos analíticos e métodos empíricos nos Estudos do Discurso.

Sempre que os teóricos se encontraram, a pesquisa nos estudos do discurso revelou-se particularmente produtiva (Angermuller, 2015). E dois desses momentos deram origem a marcas nos Estudos do Discurso que são hoje reconhecidos internacionalmente: Estudos do Discurso de orientação “francesa”, que remontam a debates sobre marxismo, estruturalismo e psicanálise na França no final dos anos 1960, e Estudos “Críticos” do Discurso que se tornaram proeminentes desde o final dos anos 1980 no mundo anglófono.

As duas denominações podem ser um pouco enganosas, pois os pesquisadores do discurso de orientação “francesa” geralmente se veem como “críticos”, alegando um histórico baseado na teoria social marxista. E alguns pesquisadores de discurso “crítico” citam os teóricos do discurso de base “francesa” (que não são necessariamente franceses ou mesmo nativos de língua francesa se incluirmos os muitos estudiosos de Foucault et al. fora da França). É preciso enfatizar que os Estudos Críticos do Discurso não são mais “críticos” do que os Estudos do Discurso de linha francesa, ambos enraizados no marxismo e envolvendo acadêmicos com um forte engajamento na sociedade civil (Dufour, 2013). Além disso, embora a escola “francesa” de Análise do Discurso, a qual remonta a um grupo de linguistas em torno de Michel Pêcheux, seja um fenômeno em grande parte francófono, ela compreende estudiosos em muitos outros países, especialmente do mundo “latino” (América Latina, Espanha, Portugal, Itália, Romênia...). E a base geográfica da Análise do Discurso “Crítica” pode não ser tão óbvia também. Embora centrada no Reino Unido, é especialmente popular entre uma grande comunidade de pesquisadores do discurso de língua inglesa.

Os Estudos do Discurso “franceses” remontam a uma primeira conjuntura da teoria do discurso e da análise do discurso, dos teóricos do discurso como Michel Pêcheux e Michel Foucault (Foucault, 1969; Pêcheux, 1969) e das ferramentas analítico-discursivas da linguística, incluindo análise de *corpus* (lexicometria), distribucionalismo e pragmática, que, em sua maioria, são menos conhecidos fora da França do que as teorias do discurso francesas, que foram traduzidas em muitas línguas. Embora Foucault tenha tornado o rótulo do discurso

conhecido em todas as disciplinas e internacionalmente, foi Michel Pêcheux quem estabeleceu o “discurso” na linguística ao fundar o que, às vezes, é chamado de escola “francesa” de análise do discurso. Pêcheux e seus colaboradores enfatizam a necessidade de uma análise linguística que explique a “materialidade” da linguagem (Conein, Courtine, Gadet, Marandin, & Pêcheux, 1981). Nessa visão, a linguagem não é como uma janela translúcida para o mundo externo ou para uma consciência interna. É percebida como uma superfície de sinais opacos cujas restrições às atividades interpretativas precisam ser decifradas.

A postura dos analistas do discurso “franceses” é “materialista” de pelo menos dois modos (Beetz, 2017). Por um lado, rejeita as práticas interpretativas espontâneas da hermenêutica e baseia-se na análise formal rigorosa das formas linguísticas materiais. Por outro, articula a análise linguística do discurso com a teoria social “materialista”. Assim, Pêcheux inspira-se no marxismo althusseriano, já que as formações discursivas estão inseridas em suas “condições de produção” materiais, isto é, na luta de classes. O programa materialista de Pêcheux foi basicamente compartilhado por Foucault, embora de uma maneira menos radical. O trabalho analítico-discursivo de Foucault não é marxista, embora mostre um sentido aguçado e crítico das relações de poder ao qual o uso da linguagem está inevitavelmente ligado. Em sua *Arqueologia do Saber*, ele ultrapassa resolutamente o formalismo abstrato do estruturalismo linguístico ao mesmo tempo que remete a prática linguística para o seu contexto sócio-histórico (Angermuller, 2014, p. 7).

Na França, essa pesquisa conseguiu estabelecer o discurso como um problema transdisciplinar (“discurso” como um problema teórico reconhecido nas ciências sociais e humanas – “teoria do discurso francesa”) e como objeto de um campo subdisciplinar (isto é, a análise do discurso como uma prática de pesquisa especializada dentro da linguística – “análise do discurso de linha francesa”). Fora da França, a teoria do discurso francesa, muitas vezes, inspirada pelas traduções do trabalho crítico de Foucault, tornou-se popular no campo literário e cultural e entre muitos teóricos sociais e políticos anglófonos e alemães. Na França, a análise

do discurso viu-se em um movimento decisivo em direção a questões pragmáticas, enquanto se concentrava nas instituições da sociedade (Maingueneau, 2014).

A outra grande insígnia internacional é “Estudos Críticos do Discurso” que começou no Reino Unido e em países da *Commonwealth* (van Leeuwen, 2008), no mundo de língua alemã (Wodak et al., 1999) e, através do trabalho de Teun van Dijk, também no mundo latino (1985). Assim como os Estudos do Discurso de linha francesa, os Estudos Críticos do Discurso têm sua base na linguística e desenvolveram muitos elos com outros campos como a sociologia, a história, a ciência política, a educação, a psicologia, a antropologia. “Estudos Críticos do Discurso” é uma designação “guarda-chuva” para uma ampla gama de teorias e métodos na intersecção da linguagem e da sociedade. Enquanto os Estudos do Discurso de linha francesa são inspirados por vertentes teóricas continentais como o estruturalismo, o marxismo e a psicanálise, os Estudos Críticos do Discurso são mais ecléticos em suas orientações teóricas e, às vezes, são influenciados pela linguística sistêmico-funcional de Halliday. Pesquisadores de discurso “crítico” são frequentemente movidos por preocupações humanistas sobre injustiças sociais com o desejo explícito de responder a problemas da sociedade e promover mudanças sociais positivas. Portanto, quase todos os métodos e ferramentas analíticas do discurso podem ser e são utilizados nos Estudos Críticos do Discurso, incluindo a análise quantitativa de *corpus* e toda a gama de métodos qualitativos de pesquisa social, por exemplo, análise documental, abordagens interacionais ou etnográficas.

Desse modo, enquanto Pêcheux e Foucault são dois importantes referenciais teóricos da Análise do Discurso francesa, pode ver-se a linguística sistêmico-funcional de MAK Halliday (1978) e a sociologia da educação de Basil Bernstein (1971) talvez como maiores inspirações dos teóricos da ACD. O projeto teórico de Halliday é centrado nos recursos semióticos que permitem aos usuários da língua perceber as funções da linguagem (como a ideacional, a interpessoal e a textual). A ênfase é colocada nos contextos sociais em que os significados potenciais dos recursos semióticos são alcançados. Halliday trabalhou em estreita colaboração

com Bernstein que estudou o papel da linguagem entre os alunos das classes baixa e alta na Grã-Bretanha. Embora a distinção de Bernstein entre o código restrito dos alunos da classe trabalhadora e o código elaborado de alunos de classe alta sempre tenha provocado reações controversas, sua influência no modo como muitos linguistas britânicos conceitualizaram o nexos da linguagem e da sociedade não deveria ser subestimada.

Desde a década de 1980, o rótulo ACD passou a designar pesquisas de linguagem relacionadas a problemas sociais, mais especificamente às pesquisas acerca de como as desigualdades entre grandes grupos sociais (incluindo relações de raça, classe e gênero) moldam e são moldadas pelo uso da linguagem em comunidades maiores. O modelo de contexto social de Fairclough (Fairclough, 1992, p. 72) é um exemplo instrutivo de como a abordagem funcionalista (hallidayana) da linguagem é articulada com uma perspectiva macrosociológica (bernsteiniana) sobre o social. Coloca o texto (isto é, manifestações orais e escritas da linguagem) no centro do palco. Dessa forma, o texto é cercado pelo contexto em dois círculos congruentes, por assim dizer, um primeiro círculo compreendendo processos de negociação de significado entre os participantes do discurso (“interação”) e um segundo círculo que designa estruturas institucionais da sociedade (“contexto”). Fairclough, portanto, atesta uma compreensão estruturalista do contexto social em que a linguagem é usada. O uso da língua está incorporado nas estruturas organizadas socialmente pela sociedade. Como consequência, o social é colocado como a base da realidade com a qual a atividade linguística (“texto” + “interação”) se relaciona. Uma tendência similar de considerar o social como dado, e não como o problema empírico, pode ser observada entre outros representantes dos Estudos Críticos do Discurso. A abordagem socio-cognitiva de Van Dijk (2008) questiona como a cognição é mediadora entre a linguagem e a sociedade. A sociedade, que é organizada pela linguagem, é constituída por uma realidade muda, fora da cognição. Wodak e Reisigl (2009) também definem os Estudos Críticos do Discurso como uma pesquisa linguística que enfoca tais problemas sociais. Logo, ao invés de examinar como os participantes do discurso negociam o que conta como um problema social, Wodak

e Reisigl partem de um problema social e avaliam como o uso da linguagem se relaciona com o problema assim declarado.

Pesquisadores do discurso das tradições francesa e crítica têm estado crucialmente interessados nas verdades que são produzidas e estabelecidas por meio do uso da linguagem nas comunidades discursivas (por exemplo, Guilbert, 2008; Reisigl, 2008). Ainda assim, pode observar-se que elas tendem a aplicar diferentes explicações para os dois tipos de realidades sociais com as quais lidam, a saber, a realidade social dos participantes de primeira ordem (RS 1) e a realidade social dos observadores de segunda ordem e dos pesquisadores do discurso (RS 2). Sendo assim, por que tal assimetria é problemática?

É uma questão comum nos Estudos do Discurso perguntar como as práticas discursivas, ou seja, os usos sociais da linguagem não apenas representam a RS 1, mas, através de sua representação, também constituem a RS 1. Um exemplo clássico é como os problemas sociais são construídos no discurso público (RS 1). No entanto, para explicar a construção da RS 1, os pesquisadores do discurso tipicamente investigam como a linguagem é utilizada em seus contextos sociais e históricos, que podem ser designados como RS 2: as comunidades, as instituições, os recursos econômicos mobilizados em práticas discursivas. A questão é como lidar com as contradições entre a RS 1 e a RS 2 que a pesquisa crítica frequentemente provoca. A RS 1 pode ser falsa do ponto de vista do pesquisador (RS 2), ou seja, uma mera opinião que os participantes de um discurso aceitaram como verdadeira. A RS 2, em contraste, é a ideia que o(a) pesquisador(a) tem sobre o contexto social, que ele(a) considera verdadeiro. Enquanto a RS 1 pode ser um resultado da investigação sistemática do discurso analítico, a RS 2 frequentemente se refere ao arcabouço teórico ou conhecimento de base que o pesquisador assume como verdadeiro. Em outras palavras, como lidar com o problema de que a realidade social que Trump aceita (RS 1) normalmente não aceita a realidade que os pesquisadores do discurso pressupõem para explicar Trump (RS 2)?

Os pesquisadores do discurso geralmente fazem afirmações de verdade sobre RS 1 e RS 2, que é precisamente o que eles deveriam fazer. O que precisa ser problematizado, no entanto, é uma tendência a explicar RS 1 e RS 2 de maneira diferente: RS 1 como uma realidade construída discursivamente (que, portanto, pode ser ‘falsa’) e RS 2 como uma realidade que não é construída no discurso (que, portanto, não pode ser falsa). Tal relato assimétrico é fraco epistemologicamente em relação a RS 2 porque não poderia ser desafiada com os mesmos argumentos utilizados para desconstruir a RS 1? E pode não constituir uma posição política forte, seja convidando os propagandistas da pós-verdade a simplesmente virarem a mesa e colocarem a ciência, a mídia e o *establishment* na posição de RS 1. RS 1 - o mundo da *America First* e Brexit Britain – é então revelada como uma construção discursiva do ponto de vista de RS 2.

Decorre do que precede que pesquisas do discurso “francesa” e “crítica”, devido à herança do estruturalismo, muitas vezes, lutam contra as assimetrias inerentes às reivindicações de verdade dos participantes do discurso de primeira ordem e as afirmações de verdade dos observadores de segunda ordem. Tais assimetrias têm sido um problema que os projetos “pós-estruturalistas” tentaram resolver ao rejeitar qualquer primazia de RS 2 em relação a RS 1. De fato, tornou-se difícil para os cientistas sociais pós-weberianos reivindicarem uma visão divina diante das muitas verdades concorrentes na sociedade.

Enquanto as ciências sociais presenciaram uma virada para o ator durante o século vinte, ele é visto principalmente com desconfiança nos Estudos Críticos do Discurso e de linha francesa, e com boas razões! Durante os anos 1970, Pêcheux e seus colaboradores resistiram às tentativas de tomar lições pragmáticas e trazer o ator de volta, o que eles perceberam como preparando o terreno para um retorno a um humanismo insípido (na melhor das hipóteses) e mesmo ao liberalismo burguês (na pior das hipóteses). Uma tendência semelhante pode ser observada no mundo anglófono e de língua alemã, onde os analistas críticos do discurso foram muito confrontados com analistas de conversação, como pode ser visto na controvérsia entre Billig (1999) e Schegloff (1997). Para Schegloff, a Análise Crítica do Discurso baseia-se nas teorias

externas do contexto, ou seja, nas ideias e teorias que o analista do discurso crítico tem sobre a desigualdade social, e não no conhecimento que os participantes do discurso definem como relevante. Os analistas de conversação, por sua vez, eram suspeitos de não levarem em conta o poder e a desigualdade e de verem a sociedade como uma mera ilusão de ideólogos de tendência esquerdista.

Embora esses embates pareçam ter empurrado os analistas do discurso e da conversação de volta para seus respectivos nichos especializados, com uma explicação estruturalista da Verdade para os pesquisadores do discurso e um relato pragmático de uma pluralidade de verdades para analistas de conversação, tal oposição não é necessária nem produtiva. No entanto, após uma inspeção mais próxima, o argumento de Schegloff era para ser metodológico, não ontológico. O uso da linguagem refere-se a práticas específicas de tornar algum contexto relevante, isto é, a contextualização como uma atividade contínua de participantes no discurso, em que ninguém pode reivindicar compreender o contexto como tal e assim tomar uma posição de Verdade. O que Schegloff desafia é a ideia de que os analistas do discurso podem ver a sociedade de um ponto de vista privilegiado que é mais objetivo do que os outros participantes do discurso. O conflito entre analistas de discurso e de conversação, portanto, prolonga as disputas sobre quem tem a verdadeira competência e autoridade para fazer afirmações verdadeiras e legítimas sobre o social: o analista de conversação tipicamente privilegia o conhecimento dos atores (e percebe suas verdades no mesmo nível das dele), enquanto o analista do discurso tem como objetivo revelar o que os participantes não podem ver (o que coloca o pesquisador em uma posição de Verdade). O perigo para os pesquisadores do discurso é reivindicar uma posição epistemológica absolutista em relação ao social.

Para lidar com este problema, as tradições francesa e crítica têm transitado desconfortavelmente entre dois argumentos que são difíceis de conciliar. Por um lado, elas gostam de ver o discurso como sendo constitutivo do social: as práticas discursivas não representam apenas o social. Em vez disso, através da representação, tais práticas engendram as relações e as estrutu-

ras que compõem o social. Por outro lado, os pesquisadores do discurso geralmente colocam práticas discursivas dentro de configurações constituídas de poder e desigualdade, que não são “apenas” construções discursivas. Como saída, convido os pesquisadores do discurso a considerar o Programa Forte, que concebe o discurso como uma prática situada de construção e desconstrução de verdades através dos usos que os membros fazem da linguagem em uma comunidade discursiva. O Programa Forte rejeita os relatos filosóficos da Verdade em favor de investigações reflexivas de disputas sobre verdades.

EM BUSCA DE UM PROGRAMA FORTE NOS ESTUDOS DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

Neste tópico que se abre, é importante examinarmos os ensinamentos que os estudiosos do discurso podem extrair dos Estudos de Ciência e Tecnologia (STS)³. Assim, o Programa Forte foi formulado a partir dos STS dos anos 1970, quando o ideal de ciência, enquanto a produção de um conhecimento puro, foi atacado. Nesse caminho, enquanto os primeiros sociólogos da ciência ainda se detinham sob a ideia de que havia uma Verdade fora do mundo, intocada pela sociedade, a qual os cientistas poderiam revelar sob certas circunstâncias, uma nova geração de construtivistas radicais nos Estudos de Ciências e Tecnologias sentiram que todo o conhecimento precisava ser revisto como um produto da dinâmica social, política e econômica. Comumente associado a um grupo de filósofos e sociólogos de Edimburgo, sob a liderança de David Bloor, tal Programa Forte em sociologia das ciências emergiu das interrogações críticas em relação à natureza social da verdade científica.

O objetivo de Bloor era, pois, de formular princípios epistemológicos básicos que permitissem aos cientistas refletir sobre as afirmações de verdade feitas por outros em relação às suas próprias afirmações. Bloor (1991, p. 3) asseverou que os sociólogos do conhecimento e da ciência contemporâneos trairiam seus discípulos se eles seguissem uma hierarquia implícita – ou “assimétrica” – entre o “verdadeiro” conhecimento científico, o que é verdadeiro por si e que não depende de explicação sociológica, e o “falso” conhecimento, sobre o qual é preciso uma explicação sociológica.

3. Outro Programa Forte foi formulado por Jeffrey Alexander e Philip Smith na sociologia cultural (2010). Ao observar o estágio central de significação, Alexander/Smith defendem o que poderia ser chamado de mudança discursiva acerca da teoria social. Assim, enquanto eles não lidam com a questão da verdade e da realidade, sua forma de estrutura dá lugar a todos os estudiosos do discurso inscritos tanto numa orientação social quanto política, não considerando se eles são “fortes” e “fracos”.

Nesse caminho, para o pesquisador, conhecimentos “verdadeiros”, assim como “falsos”, resultam da interação entre os fatores sociais, bem como de outros (como os materiais). Tal perspectiva metodológica reconhece explicitamente que a verdade e a realidade podem ser feitas não apenas de práticas sociais. No mesmo sentido, tal Programa convidará estudiosos do discurso contemporâneos a aplicarem percepções analítico-discursivas, que se relacionam como “verdadeiras” e “falsas”, simetricamente sobre a realidade social. Estudiosos inscritos nesse tipo de perspectiva têm como objetivo investigar as práticas discursivas, os processos e mecanismos de construção da ordem social. Contudo, eles não afirmam o que é real e verdadeiro em tais construções, trata-se, pois, de uma função apenas das práticas discursivas. Realidade e verdade são construídas a partir de matérias-primas sociais que podem ser discursivas (envolvendo a linguagem) ou não discursivas (de ações não linguísticas) e também de matérias de origem não social (que podem ser corpos humanos ou não humanos). A realidade do social não oculta nenhuma racionalidade inerente que implicaria uma maneira dada, “objetiva” no caminho de descrevê-la por meio do discurso. Além disso, ela também não vem com valores universais que exigiriam um julgamento “justo”. Os estudiosos desse tipo de Programa levam em consideração o que pode ajudar a explicar a realização da verdade e da realidade. Além de tudo isso, eles são materialistas.

Na sua obra *Knowledge and social imagery* (1991, p. 5), Bloor estabelece quatro princípios que resumem o Programa Forte em sociologia do conhecimento científico, a saber:

1. Causalidade. Ao invés de apoiar a lógica causalista das ciências naturais, Bloor aponta para condições e causas específicas que podem incluir as não sociais “que cooperarão na formulação de uma crença” (Bloor, 1991, p. 7).

2. Imparcialidade. O autor, *a priori*, rejeita a ideia de haver hierarquia entre os conhecimentos. Enquanto ele se abstém de privilegiar a verdade sobre a falsidade, a racionalidade sobre a irracionalidade, o sucesso sobre o fracasso, pode-se tomar tais hierarquias como o objeto a ser analisado.

3. Simetria. As explicações precisariam identificar os mesmos tipos de causa para “explicar as crenças verdadeiras e falsas”. Em outras palavras, a verdade não seria alguma coisa para ser explicada filosoficamente ou a falsidade ser explicada sociologicamente.

4. Reflexividade. A sociologia do conhecimento científico também está envolvida na produção de verdades e falsidades. Portanto, as explicações precisariam ser também aplicáveis às afirmações do conhecimento do Programa Forte: “é um requisito óbvio de princípio porque, do contrário, a sociologia seria uma refutação permanente de suas próprias teorias” (Bloor, 1991, p. 7).

O Programa Forte tem sido amplamente recebido como o sintoma teórico de uma virada praxeológica na pesquisa sociológica e histórica sobre a ciência nas décadas de 1970 e 1980. O adversário implícito eram as ideias racionalistas e positivistas da ciência como um conhecimento puro, assim como a sociologia da ciência clássica (“institucionalista”), a partir dos trabalhos de Robert Merton (1968). Bloor e seus associados perceberam que Merton estava enveredando tacitamente por uma perspectiva racionalista. Enquanto este insistia nas fundações socioculturais (o “*ethos* científico”) do sistema de ciência, aquele visava em seu trabalho identificar as condições sociais que são necessárias para o conhecimento verdadeiro emergir. Em relação às condições de que a ciência “real” precisa, Merton vê as democracias liberais ocidentais, especialmente a dos Estados Unidos durante o século vinte, como superiores às da Alemanha nazista ou às da União Soviética sob o comando de Stalin. Se não é talvez questionável o facto de cientistas norte-americanos encontrarem muito melhores condições (que incluem não apenas recursos econômicos) relativamente às suas contrapartes na Europa, uma visão divina *top-down*, sobre a academia e o sistema social mais amplo tornou-se problemática para os pesquisadores mais empíricos da ciência como prática social.

Uma vez que as práticas científicas reais não podem mais ser incluídas sob um largo “guarda-chuva” de conceitos gerais, a autoridade epistemológica do pesquisador sociólogo começa

a ser desafiada por outros especialistas e ela, com isso, precisa de um exame empírico mais próximo.

Nesse contexto, esse Programa Forte em sociologia é articulado a um conjunto de ideias teóricas que contribuíram significativamente para a emergência dos Estudos da Ciência e da Tecnologia (STS). Tal perspectiva metodológica vem sendo associada especialmente às vertentes qualitativas, construtivistas e microsociológicas, como as dos Estudos em Laboratório (Latour & Woolgar, 1979; Merton, 1968),⁴ a sociologia do conhecimento científico (Hicks & Potter, 1991) e a análise do discurso acadêmico (Myers, 1985).

Desse modo, quais são as tendências gerais da pesquisa que vêm sendo desenvolvidas após o Programa Forte? Primeiramente, tal perspectiva geralmente se concentra em práticas materiais, que não podem ser explicadas por atores intencionais ou estruturas determinadas. Em segundo lugar, é melhor tratar de casos empíricos de um complexo arranjo de práticas e processos entrelaçados e, por fim, considera-se a verdade e a realidade como resultados não necessários da dinâmica proporcionada entre os elementos heterogêneos.

Os Estudos do Discurso e os de Ciências e Tecnologia não lidam necessariamente com os mesmos objetos e desafios: ninguém “usa” a linguagem da mesma maneira que “usa” a tecnologia. Enquanto Bloor fez a afirmação radical de que mesmo a matemática deveria ser explicada simetricamente (ou seja, socialmente), a maioria das pesquisas do discurso lida com a natureza profundamente social que ninguém contestaria. Assim, apresentar um programa de pesquisa para o campo dos STS, que não existia à época, é diferente de ter aulas para os Estudos do Discurso, que vêm se desenvolvendo há décadas.

Nesse sentido, tenho adaptado o Programa Forte originário dos STS para circunstâncias especiais dos Estudos do Discurso na modernidade. Dos STS, é necessária a ideia fundamental de que as ideias verdadeiras e falsas são constituídas de forma que não são essencialmente diferentes, em práticas discursivas. Enquanto as vertentes “fracas” recorrem às explicações

4. Uma reflexão mais aprofundada revelaria que Bloor e Latour, que foi responsável pela teoria Ator-Rede, sempre insistiram em suas diferenças. Enquanto Bloor faz uma crítica em Latour por estabelecer um ponto de vantagem assimétrico acima da natureza e da sociedade como ela era (Bloor, 1999, p. 85), Latour vê em Bloor como o “muito social” e reproduzindo uma assimetria moderna entre a natureza e a sociedade (Latour, 1999, p. 127).

analíticas que só podem explicar as representações “falsas” da realidade social, o Programa investiga ideias “verdadeiras” e “falsas” por meio do mesmo conjunto de conceitos metodológicos e ferramentas teóricas da pesquisa social. Seu primeiro e maior princípio é, portanto, a simetria da explicação, aplicando a mesma lógica de explicação às representações verdadeiras e falsas do social. Os outros três princípios defendidos são:

1. Heterogeneidade de fatores. O Programa Forte reconhece fatores heterogêneos – discursivos, não discursivos, mas também não discursivos não sociais – mobilizados na construção da realidade. Isso não está de acordo com a ideia de que o social não é mais do que um produto de práticas linguísticas. Nem, inclusive, acredita que a verdade reflète uma estrutura de poder subjacente. Desse modo, colocam-se firmemente as práticas discursivas em relação à vida material dos participantes do discurso que mobilizam recursos sociais, linguísticos e físicos para produzirem significados, estruturas e verdades.

2. Multiperspectivas. Abster-se da visão de um Deus sobre o social, privilegiando uma realidade sobre todas as outras. Em vez de decidir qual é a única perspectiva verdadeira sobre o social, é preciso fazer um balanço das várias verdades e realidades concorrentes e se perguntar como elas são construídas. Enquanto não há uma prioridade epistemológica de uma perspectiva sobre a outra, o Programa Forte reconhece que nem todas as ideias são iguais e a questão a ser pensada é como o seu valor de verdade pode, assim, ser explicado pelas práticas discursivas e não discursivas que as constituem (Haraway, 1988).

3. Reflexividade crítica. Convidam-se os estudiosos do discurso a considerarem sua atividade como parte dos objetos discursivos que estudam. Como discurso sobre os discursos, reconhecem-se os efeitos críticos que o discurso científico pode ter sobre as práticas não científicas (Zienkowski, 2017). O discurso científico não pode ser neutro; é sempre político porque está amarrado às lutas pela verdade dentro das comunidades acadêmicas, bem como no espaço social mais amplo (Celikates, 2018; Herzog, 2016). Os estudiosos do discurso, nesse sentido,

devem refletir sobre seu próprio papel nas lutas sociais sobre a verdade (Nonhoff, 2017; Parker, 2015).

CONCLUSÃO: POR UMA EPISTEMOLOGIA E UMA POLÍTICA FORTES

As pressuposições do Programa Forte convidam todos os pesquisadores do discurso a lidarem com verdades como um problema do mundo real. Nesse sentido, sempre que as pessoas usam a linguagem, elas buscam certos questionamentos em prol da verdade. E, em muitos casos, é necessário lidar com afirmações contraditórias sobre a verdade advindas de participantes de primeira ordem e de pesquisadores do discurso do discurso de segunda ordem. Enquanto tais estudiosos não podem reivindicar uma posição privilegiada que lhes permita revelar a Verdade que está escondida para os outros, não há razão para que eles não defendam as ideias que eles acham pertinentes e que são verdadeiras, valiosas e coerentes contra aquelas que são de menor valor para eles.

Assim, tal Programa convida a pesquisa do discurso a se interrogar criticamente sobre as lutas pela verdade sob a luz da virada praxeológica que tem ocorrido nas ciências sociais (Schatzki, Cetina, & Savigny, 2001). Em vez de considerar as afirmações científicas da verdade como algo categoricamente diferente das alegações de verdade dos usuários de uma linguagem não científica, tal visão praxeológica do discurso examina os processos pelos quais tais verdades são construídas ao longo do tempo em uma comunidade discursiva. Desse modo, o Programa Forte interroga-se criticamente por meio de duas grandes vertentes das ciências sociais: a) a herança estruturalista, que se pode encontrar em especial nas vertentes clássicas da pesquisa do discurso e que toma o social como uma realidade que é antes e fora da linguagem e b) abordagens que estão centradas no ator, cujo significado, enquanto um conceito, é apreendido como um produto intencional e estratégico de usuários da linguagem.

Esse tipo de Programa defende uma terceira posição que considera as verdades socialmente estabelecidas como um efeito das práticas discursivas. Reconhece-se, assim, que nem todas as ideias têm o mesmo valor de verdade, favorecendo os relatos simétricos das afirmações de verdade que provêm dos participantes do discurso e daqueles que o observam. Além disso, tal perspectiva metodológica não faz o pesquisador do discurso escolher entre o universalismo e culturalismo, realismo e relativismo, uma vez que ele é responsável por delinear princípios de como fazer certas afirmações sobre a verdade no discurso acadêmico em relação às verdades e às realidades construídas e estabelecidas por outros usuários da língua em suas comunidades discursivas. Tais pesquisadores do Programa Forte se abstêm de julgar a verdade, a “inverdade” ou a pós-verdade de qualquer afirmação específica, eles se dedicam às práticas e aos processos que tornam algumas dessas afirmações mais verdadeiras e valiosas do que outras.

Nesse sentido, quais são as implicações e as consequências políticas para a pesquisa em discurso após as contribuições desse Programa Forte? Adotar uma perspectiva construtivista não conduz a um posicionamento normativo de que “vale tudo” ou a um relativismo moral. Não há uma razão para que tais pesquisadores pensem que a negação das mudanças climáticas ou do holocausto é tão aceitável quanto qualquer outra afirmação. O Programa certamente não defende o caso de “notícias falsas” ou “fatos alternativos”, pelo contrário, tal método tem como função perceber o mundo social como um lugar de pessoas e coisas, corpos e ideias que têm assim o mesmo valor.

Embora nem populistas nem intelectuais possam afirmar acesso à Verdade, o tipo de verdades que propagandistas políticos e especialistas produzem é de ordem e qualidade diferentes. Pode-se pensar, desse modo, que promovida por certos bilionários da indústria petrolífera, a ideia de que não há uma mudança climática não tem a mesma qualidade normativa que as ideias promovidas por uma comunidade de pesquisadores especializados sobre o clima, produzidos por meio de procedimentos científicos. As afirmações de verdade produzidas pelos especialistas são geradas por meio do conhecimento íntimo de seus objetos em comunidades

discursivas que são responsáveis por desenvolverem conhecimentos confiáveis. Eles podem, também, possuir certos padrões de qualidade que são aplicados para distinguir entre os saberes mais ou menos valorizados. Assim, as ideias de alto grau de valorização emergem, geralmente, de práticas valorativas e de dinâmicas discursivas sobre quais usuários de linguagem têm pouco controle intencional. Por que especialistas deveriam aceitar que as ideias valorizadas em comunidades de saberes confiáveis sejam subordinadas às verdades de não especialistas cujas afirmações podem ser apenas caprichos pessoais? Nem todo o conhecimento tem o mesmo valor de verdade (Angermuller, 2018).

Nesse caminho, o Programa Forte defende que não há uma Realidade e uma Verdade que podem ser explicadas pela Razão. Assim, enquanto tais especialistas da metodologia aceitam a pluralidade de verdades e hierarquias de valores conflitantes com e entre as comunidades discursivas, é possível também pensar que tais estudiosos conhecem as verdades como coisas preciosas que precisam de tempo e trabalho, alguns recursos e um saber-fazer prático. Assim como os usuários de outra língua, eles estão envolvidos em lutas sobre o que conta como verdadeiro e real em comunidades acadêmicas ou não acadêmicas. Em tais lutas, teóricos do discurso não podem afirmar nenhuma posição especial a menos que entrem nos mesmos jogos com os quais lidam e nos quais intervêm. Não importa se as afirmações de verdade são feitas por participantes do discurso ou por analistas profissionais, o valor de suas ideias precisa ser realizado por meio dos efeitos reais que suas práticas exercem sobre o mundo social. E esse é um *insight* que talvez se possa tirar do primeiro teórico crítico do discurso: “Homens devem provar a verdade, ou seja, a realidade e o poder, essa parcialidade (*Diesseitigkeit*) do seu pensamento, na prática...filósofos, até ao momento, têm apenas *interpretado* o mundo de várias maneiras; o objetivo é mudar isso” (Marx, 1969).

REFERÊNCIAS

- Alexander, J., & Smith, P. (2010). The Strong Program: Origins, achievements, and prospects. In J. R. Hall, L. Grindstaff, & M. Lo (Eds.), *Handbook of Cultural Sociology* (pp. 13-24). London: Routledge.
- Angermuller, J. (2014). *Poststructuralist Discourse Analysis. Subjectivity in Enunciative Pragmatics*. Houndmills, Basingstoke: Palgrave Macmillan
- _____. (2015). Discourse Studies. In J. D. Wright (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences, Second Edition*. Amsterdam: Elsevier pp. 510-515.
- _____. (2018). Accumulating discursive capital, valuating subject positions. From Marx to Foucault. *Critical Discourse Studies*, 1-12. doi:10.1080/17405904.2018.1457551
- Angermuller, J., Maingueneau, D., & Wodak, R. (Eds.). (2014). *The Discourse Studies Reader. Main Currents in Theory and Analysis*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins.
- Arendt, H. (2006). Truth and politics. In H. Arendt (Ed.), *Between Past and Future*. New York: Penguin, pp. 223-259.
- Barad, K. (2003). Posthumanist performativity: Toward an understanding of how matter comes to matter. *SIGNS: Journal of Women in Culture and Society*, 28(3), pp. 801-831.
- Beetz, J. (2017). *Materiality and Subject in Marxism, (Post-)Structuralism, and Material Semiotics*. London: Palgrave
- Bernstein, B. (1971). *Class, Codes, and Control. Four volumes*. London: Routledge & Kegan Paul
- Billig, M. (1999). Whose terms? Whose ordinariness? Rhetoric and Ideology. In *Conversation Analysis. Discourse and Society*, 10(4), pp. 543-558.
- Bloor, D. (1991). *Knowledge and Social Imagery*. 2nd edition. Chicago, London: The University of Chicago Press (Conhecimento e imaginário social. São Paulo: Editora UNESP, 2009).
- _____. (1999). Anti-Latour. Studies. In *History and Philosophy of Science*, 30A(1), pp. 81-112.
- Butler, J. (1993). *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'*. London: Routledge
- _____. (1997). *Excitable Speech. A Politics of the Performative*. New York, London: Routledge
- Celikates, R. (2018). *Critique as Social Practice. Critical Theory and Social Self-Understanding*. London: Rowman & Littlefield
- Conein, B., Courtine, J.-J., Gadet, F., Marandin, J.-M., & Pêcheux, M. (1981). *Matérialités discursives, Actes du Colloque des 24-26 avril 1980, Paris X-Nanterre*. Lille: Presses Universitaires de Lille

- d'Ancona, M. (2017). *Post-Truth. The New War on Truth and How to Fight Back*. London: Ebury Press
- Derrida, J. (1967). *L'Écriture et la différence*. Paris: Le Seuil
- Dufour, F. (2013). L'Analyse du Discours : des gestes de lecture pour une éthique de l'émancipation. In M. Conesa, P.-Y. Lacour, F. Rousseau, & J.-F. Thomas (Eds.), *Faut-il brûler les Humanités et les Sciences humaines et sociales*. Paris: Michel Houdiard, pp. 194-205.
- Eagleton, T. (1996). *The Illusions of Postmodernism*. Oxford: Blackwell
- Fairclough, N. (1992). *Discourse and Social Change*. Cambridge, Oxford: Polity Press
- Ferry, L., & Renaut, A. (1988). *La Pensée 68. Essai sur l'anti-humanisme contemporain*. Paris: Gallimard
- Foucault, M. (1969). *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard
- _____ (2017). *Discours et vérité*. Paris: Vrin
- Frost, S. (2011). The Implications of the New Materialisms for Feminist Epistemology. In H. E. Grasswick (Ed.), *Feminist Epistemology and Philosophy of Science. Power in Knowledge*. Dordrecht: Springer Netherlands, pp. 69–83.
- Guilbert, T. (2008). *Le Discours idéologique ou la force de l'évidence*. Paris: L'Harmattan
- Habermas, J. (1981). *Theorie kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp
- _____ (1990). *Erläuterungen zur Diskursethik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp
- _____ (1993). *Der philosophische Diskurs der Moderne. Zwölf Vorlesungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp
- Hacking, I. (1999). *The Social Construction of What? Cambridge et al.* Harvard University Press
- Halliday, M. A. K. (1978). *Language As Social Semiotic*. London: Edward Arnold
- Haraway, D. (1988). Situated Knowledge. The Science Question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), pp. 575-599.
- Herzog, B. (2016). *Discourse Analysis as Social Critique. Discursive and Non-Discursive Realities in Critical Social Research*. London: Palgrave Macmillan
- Hicks, D., & Potter, J. (1991). Sociology of scientific knowledge. A reflexive citation analysis or Science disciplines and disciplining sciences. *Social Studies of Science*, 21(3), pp. 459-501.

- Jameson, F. (1991). *Postmodernism, or The Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham: Duke University Press
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and Socialist Strategy. Towards a Radical Democratic Politics*. London, New York: Verso.
- Latour, B. (1999). For David Bloor... and Beyond: A Reply to David Bloor's 'Anti-Latour'. *Studies. In History and Philosophy of Science*, 30A(1).
- Latour, B., & Woolgar, S. (1979). *Laboratory Life*. Princeton: Princeton University Press
- Maingueneau, D. (2014). *Discours et Analyse du Discours*. Paris: Armand Colin
- Marx, K. (1969). *Thesen über Feuerbach Marx-Engels Werke, Band 3*. Berlin: Dietz, pp. 5-9.
- Merton, R. K. (1968). *The Matthew Effect in Science*. *Science*, 159(3810), pp. 56-63.
- Myers, G. (1985). *Texts as Knowledge Claims*. *Social Studies of Science*, 15(4), pp. 593-630.
- Nietzsche, F. (1997). Ueber Wahrheit und Luege im aussermoralischen Sinne. In G. Colli & M. Montinari (Eds.), *Kritische Studienausgabe, Band 1* (pp. 873–890). Berlin, München: dtv/de Gruyter.
- Nonhoff, M. (2017). Discourse analysis as critique. *Palgrave Communications*, 3(17074). doi:10.1057/palcomms.2017.74
- Parker, I. (Ed.) (2015). *Critical Discursive Psychology*. 2nd edition. Houndmills: Palgrave.
- Pêcheux, M. (1969). *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod
- Pluckrose, H. (2017). *How French "Intellectuals" Ruined the West: Postmodernism and Its Impact*. Retrieved from <https://areomagazine.com/2017/03/27/how-french-intellectuals-ruined-the-west-postmodernism-and-its-impact-explained/>.
- Rancière, J. (1995). *La Méésentente: politique et philosophie*. Paris: Galilée
- Reisigl, M. (2008). Analyzing Political Rhetoric. In R. Wodak & M. Krzyżanowski (Eds.), *Qualitative Discourse Analysis in the Social Sciences*. Basingstoke: Palgrave, pp. 96-120.
- Reisigl, M., & Wodak, R. (2009). The discourse-historical approach (DHA). In R. Wodak & M. Meyer (Eds.), *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage, pp. 87-121.
- Schatzki, T. R., Cetina, K. K., & Savigny, E. v. (Eds.). (2001). *The Practice Turn in Contemporary Theory*. London, New York: Routledge.
- Schegloff, E. (1997). *Whose Text? Whose Context?* *Discourse & Society*, 8(2), pp. 165-187.

ANGERMULLER, JOHANNES; A verdade na era da pós-verdade: por um Programa Forte em Estudos do discurso
Truth after post-truth: for a Strong Programme in Discourse Studies
REDIS: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO, Nº 7, ANO 2018 PP. 36-62

Sokal, A., & Bricmont, J. (1998). *Intellectual Impostures. Postmodern Philosophers' Abuse of Science*. London: Profile Books

van Dijk, T. A. (1985). *Handbook of Discourse Analysis. 4 vols. I. Disciplines of discourse. II. Dimensions of discourse. III. Discourse and dialogue. IV. Discourse analysis in society*. London: Academic Press

van Leeuwen, T. (2008). *Discourse and Practice. New Tools for Critical Discourse Analysis*. Oxford: Oxford University Press

Vrieze, J. d. (2017). *Bruno Latour, a veteran of the 'science wars,' has a new mission*. Retrieved from <http://www.sciencemag.org/news/2017/10/bruno-latour-veteran-science-wars-has-new-mission>

Williams, C. (2017, 17/04/2017). *Has Trump Stolen Philosophy's Critical Tools?* *New York Times*. Retrieved from <https://www.nytimes.com/2017/04/17/opinion/has-trump-stolen-philosophys-critical-tools.html>

Wodak, R., Cillia, R. D., Reisigl, M., Liebhart, K., Kargl, M., & Hofstätter, K. (1999). *The Discursive Construction of National Identity*. Edinburgh: Edinburgh University Press

Zienkowski, J. (2017). Reflexivity in the transdisciplinary field of critical discourse studies. *Palgrave Communications*, 3(17007). doi: 10.1057/palcomms.2017.7

